

As fortificações portuguesas Bragança e Real Forte Príncipe da Beira: artefatos de defesa e de contrabando

Durante o século XVIII, os portugueses procuraram estabelecer novas formas de organização sócio-espacial na parte central da América do Sul, estruturando povoações (arraiais, vilas e aldeias ameríndias), registros, fazendas, distritos de mineração, fortalezas e capelas. Essa rede foi implantada sob os auspícios da administração metropolitana, pelos representantes régios destacados nas diversas capitânicas, municípios e distritos. Nesses cenários, intrincadas experiências foram vividas por diferentes grupos étnico-sociais representados por portugueses, africanos, ameríndios e mestiços participaram desse processo motivados por distintos interesses: políticos, econômicos, religiosos, culturais. As relações entre esses grupos foram, às vezes, conflituosas, mas, em outros momentos, pactuadas, negociadas. Nesse sentido,

[...] Haveria assim tanto uma política de colonização como uma colonização da política. Buscando enfatizar a complexidade destas experiências históricas, melhor seria dizer políticas de colonizações e colonizações das políticas. E os projetos? E as estruturas? Estes engendraram-se, gestaram-se, constituíram-se e transformaram-se em função e articulados com as experiências e não somente apesar delas. Para além do imaginário europeu de *MUNDUS NOVUS*, poderíamos dizer que as colonizações produziram Novos Mundos porque os agentes históricos de sua construção fizeram não somente estes mas refizeram a si próprios.¹

O vale do Guaporé, no distrito do Mato Grosso, era habitado por diferentes populações ameríndias que falavam línguas e se vestiam “estranhamente”. Nessa região limítrofe ao Vice-reinado do Peru, os portugueses construíram, às margens do rio Guaporé, as fortificações de Nossa Senhora da Conceição (depois, forte Bragança) e do Príncipe da Beira. Foi através desses estabelecimentos militares que a Coroa, a partir das décadas de 1760 e 1770, começou a estruturar, apoiada com recursos da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, “sigiloso” comércio de contrabando com as missões de Moxos e Chiquitos e com Santa Cruz de La Sierra.

Não somente essas fortificações, mas outras bases de apoio foram utilizadas pelos portugueses para o desenvolvimento do comércio regular e de contrabando como: Vila Bela, que compreendia o destacamento militar no registro de Jauru, situado na barra do rio Jauru, as feitorias às margens do rio Guaporé e o povoado de Casal Vasco, fundado em 1789.² Cabe ressaltar, que não foram somente os comerciantes, que ocuparam a função de comissários locais, oriundos das capitânicas do Rio de Janeiro e da Bahia, e mercadores, provenientes do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que conseguiram entabular transações comerciais com os povoados castelhanos, mas também parcelas da população mato-grossense, que viviam nos arraiais cuiabanos e no vale do Guaporé, na segunda metade do século XVIII, compostas por colonos, militares, religiosos, africanos forros e ameríndios, se envolveram nessas transações.

Podemos apresentar três modalidades de comércio praticadas por diferentes grupos populacionais na capitania de Mato Grosso: a) o descaminho do ouro e diamantes (mercadorias que eram comercializadas sem passar pelo controle da Coroa e pelos registros e alfândegas, não pagando os infratores, desta forma, os devido impostos

¹ **Relatos de Fronteiras:** Fontes para a História da Amazônia séculos XVIII e XIX. GOMES, Flávio dos Santos; QUEIRÓZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar (Org.) Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 11

² OLIVEIRA, op.cit.

do rei); b) o comércio regular era fiscalizado pela Coroa (passava pelos registros e alfândegas e pagava os tributos régios); c) o contrabando que se dividia em duas categorias, o oficial e o ilícito. O contrabando oficial era patrocinado pela Coroa, com o apoio de uma ampla rede de pessoas, que envolvia a mais alta esfera da administração portuguesa e espanhola. Esse tipo de contrabando seguia uma pauta de mercadorias a serem comercializadas, com objetivos bem definidos pela Coroa, e havia o efetivo controle das operações a partir de Lisboa. O ilícito era, geralmente, punido pela Coroa, o que não impedia a participação de autoridades coloniais e de poderosos grupos econômicos envolvidos nesse tipo de comércio. A prisão e condenação dos infratores dependiam de um conjunto de circunstâncias que eram analisadas pelos magistrados reinóis. A organização de grupos de contrabandistas seguia critérios por parte dos envolvidos, que visavam, além da possibilidade de obter vantagens econômicas, ao *status social*.

Thiago Gil, ao estudar o desenvolvimento da prática do contrabando entre portugueses e espanhóis na região sul da América portuguesa, na segunda metade do século XVIII, observou que havia distinções entre os agentes envolvidos nesse comércio, considerado ilícito pela Coroa. Uma outra questão observada pelo autor é como parcelas da população da capitania de Rio Grande de São Pedro conseguiam entabular o contrabando com os espanhóis de Buenos Aires, a partir da formação ou da participação em “bandos”, que envolviam trabalhadores de diferentes setores produtivos: tropeiros, lavradores, marinheiros, profissões importantes para o desenvolvimento do comércio de contrabando nessa fronteira colonial.

Identificamos, *grosso modo*, três formas de cooptação de sujeitos para dentro do bando: as alianças matrimoniais, a coerção extra-econômica (violência física) e os laços de reciprocidade. Esta última forma foi dividida, para efeito de análise, em três segmentos, a saber: as contrapartidas de guerra, as concessões de terras e a “proteção” que os Pinto Bandeira garantiam a determinados indivíduos [...]. O bando significava para muitos uma alternativa para a ascensão social. Vincular-se ao bando poderia significar acesso às várias formas de contrapartidas oferecidas. Isso não significa, de forma alguma, que tal estrutura contribuísse para a igualdade. Pelo contrário. O bando reproduzia, a sua própria maneira, a desigualdade congênita daquela sociedade, possibilitando o acesso de uns ao que a maioria não possuía. Todavia, tal organização não se pautava apenas na existência de um chefe e seus subordinados. Havia uma organização mais complexa.³

As considerações de Thiago Gil permitem perceber como eram organizadas as operações de contrabando naquela fronteira, como também os diversos interesses que movimentavam esse lucrativo negócio. Não se tratava de ações isoladas, por parte de um único grupo social, mas de uma operosa rede tecida no âmbito da administração colonial e ultramarina. Além de funcionários coloniais corruptos, haviam pessoas ligadas a diferentes estratos sociais e étnicos.

Na capitania de Mato Grosso, relações entre autoridades portuguesa e espanhola, comerciantes, eclesiásticos e militares foram arditosamente tecidas visando “secretamente” auferir riquezas com o comércio de contrabando. Mas, se na fronteira sulista a Coroa era vigilante e punia os infratores, na capitania de Mato Grosso ela foi a principal gestora de todas as operações desse comércio clandestino.

³ GIL, Thiago. "O contrabando na fronteira: uma produção social de mercadorias". **Comunicação** apresentada no V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História das Empresas. Caxambu, Minas Gerais, 2003, pp. 02-03. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos.html>. Acesso em: 07 ago. 2007.

Em vista dessa ação, procuramos estudar a atuação da Coroa na condução do contrabando oficial, a partir da capitania de Mato Grosso, com os povoados espanhóis do Vice-reinado do Peru, durante as décadas de 1760 e 1770. Os motivos que levaram as autoridades ultramarinas a incentivar “secretamente” o contrabando, através da atuação da companhia do Grão-Pará e Maranhão com os povoados espanhóis, como discutir qual era o papel das fortificações existentes no distrito do Mato Grosso. Num plano secundário, trataremos das formas de sociabilidades, envolvendo outros agentes na condução dessas transações comerciais com os espanhóis das Províncias de Moxos e Chiquitos e de Santa Cruz de La Sierra. O cenário principal, ponto de partida dessas investidas, na segunda metade do século XVIII, foi o vale do Guaporé.

A fronteira e o contrabando na primeira metade do século XVIII

As clássicas obras produzidas por Sérgio Buarque de Holanda, como *Extremo Oeste*, *Monções*, *Caminhos e Fronteiras*, dão-nos uma dimensão histórica das relações comerciais estreitadas entre os povoados mamelucos da capitania de São Paulo, na primeira metade do século XVIII, com as minas cuiabanas. Não cabendo aqui retomá-las, apenas afirmamos a importância das atividades monçoeiras para o abastecimento da população mineradora cuiabana e da abertura de rotas fluviais e terrestres que, nesse período, permitiu a interligação de espaços antes não conhecidos pelos luso-brasileiros às regiões que, tradicionalmente, vinham mantendo estreita ligação comercial com outras partes do império português.⁴ Não somente novos espaços de mineração foram descobertos, ocupados e conquistados, como vimos, houve o contato com outros grupos populacionais (ameríndios Paiaguá, Guaycuru, Guató, Bororo etc.), gerando fricções inter-étnicas, deslocamentos e intenso genocídio. Em menor dosagem, contatos menos tensionados, dentre eles, as relações conjugais incentivadas pela Coroa, entre brancos e ameríndias, gerando uma importante população mestiça que foi utilizada pela Coroa e pelos grupos econômicos em diversas atividades produtivas.

Antes de enveredarmos na discussão sobre a prática do contrabando oficial instrumentalizado pela Coroa na região oeste do Estado do Brasil, em fins da década de 1760, buscaremos compreender como foram estabelecidas algumas relações comerciais entre os moradores da Vila Real do Cuiabá e dos arraiais do vale do Guaporé com os povoados castelhanos do Vice-reinado do Peru, na primeira metade do século XVIII. Na década de 1720, quando a Coroa obteve informações sobre a presença castelhana nos rios do vale do Guaporé, uma das ordens enviadas para as principais autoridades, que se encontravam naquelas minas, era não permitir nenhum tipo de contato com os espanhóis, principalmente, ligações comerciais. Decisão esta assentada em uma acurada visão política da Coroa, pois caso os espanhóis tomassem conhecimento das áreas de mineração descobertas pelos luso-brasileiros, sérios conflitos poderiam surgir naquela parte do continente sul-americano. Mas, como explicar que, duas décadas depois, com a “descoberta” das missões jesuítas das Províncias de Moxos e Chiquitos por luso-brasileiros, ocorria o contato patrocinado pela Câmara da Vila Real do Cuiabá com as populações castelhanas da província de Chiquitos?

⁴HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986; **Monções**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990; **Caminhos e Fronteiras**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Os relatos de 1740, constantes nos Anais da Vila Real do Cuiabá, são reveladores de que as expedições chegaram até a missão chiquitana de San Rafael, ávidas por mercadorias de todos os gêneros.

[...] Inviou-se tão bem logo Antonio Pinheiro de Faria com bastantes gentes, e aprestos, a expensas do Senado do Povo, e a do Ouvidor a buscar Povoações de Castelhanos. Partiu desta Vila passou o Paraguai, e o Jaurú no lugar chamado as Pitas, seguiu viagem por caminhos já trilhados, chegou a Aldeia de San Rafael chamada dos Chiquitos, achou três padres da Companhia, de quem foram os Portugueses recebidos com aplausos, e grandes obséquios, deram-lhes os nossos / notícias do que cá se passava, e souberam, o que lá ouviram: ofereceram seus presentes e voltaram com ofertas de vacas, e cavalos. Sabido isto pelos do Mato Grosso foram logo muitos a levar seus presentes, não se deixaram entrar na Povoação, nem aceitaram presente algum, e menos deram dizendo que se voltassem logo senão seriam expulsos com violência e finalizou a amizade.⁵

A partir desse primeiro contato, o ouvidor João Gonçalves Pereira interessou-se em entabular negociações com os espanhóis, como deixam perceber os Anais:

[...] preparou-se o Doutor João Gonçalves Pereira para ir em pessoa a fazer protestos ao Governador de Santa Cruz sobre as Missões a quem do Rio Aporé, que não tivessem efeito por pertencerem a terra da Coroa de Portugal, para o que enviou o seu fato para Mato Grosso, e com ele muita fazenda e boa, sua e de partes para fazer negocio com os castelhanos, que era o alvo, a que a embaixada fazia apontaria. Incitados outros disto conocasse uma maloca de gente boa, com o pretexto de que iam fazer guerra ao Payaguá, e preparada uma muita avultada carregação de fazenda, pretendiam chegar a cidade da Assunção do Paraguai a fazer negócio, o que era todo projeto da jornada. [...] Dizem os contemplativos malévolos, que o Ouvidor era interessado em um, e outro negócio, e que por desavenças particulares que houveram, os impediu. A certeza que os vulgares disto tem, é porque o Ouvidor nos princípios convinha em uma, e outra função, e depois impediu a ambas.⁶

Polêmicas à parte, se o ouvidor estava a mando da Coroa para averiguar o lugar onde, realmente, estavam localizadas as missões e obter dados mais confiáveis sobre a população, economia, força militar e comércio, parece-nos que o que se buscava, naquele momento, eram mercados para negociações com os espanhóis, possibilitando a aquisição de mercadorias, a menor custo, vindas da capitania de São Paulo. Tratava-se, aliás, de um momento em que a população da Vila Real do Cuiabá e dos arraiais do vale do Guaporé sentiam o peso do declínio da mineração.

Segundo Volpato, a decadência da produção aurífera na capitania mobilizou autoridades coloniais, comerciantes, colonos empobrecidos e até religiosos para o estabelecimento de comércio com os povoados espanhóis do Vice-Reinado do Peru. Tal disposição tinha o objetivo de livrar a economia mineradora cuiabana e do vale do Guaporé, na primeira metade do século XVIII, da dependência de outros eixos econômicos existentes na América portuguesa, não somente da capitania de São Paulo, mas também dos mercados litorâneos que eram fornecedores da maior parte dos produtos que chegavam até essas minas.⁷

Grande parte do ouro extraído pelos luso-brasileiros servia para pagar os produtos que chegavam pelas monções. Os comerciantes que foram se estabelecendo

⁵ Annaes, op. cit., p. 72.

⁶ Annaes, op. cit., p.74.

⁷ VOLPATO, op.cit., p. 55-56.

nas minas do Cuiabá, desde cedo, sentiram que o ganho com os produtos comercializados, naquelas minas, não era tão significativo como o dos poderosos comerciantes da capitania de São Paulo e das casas comerciais do Rio de Janeiro e da Bahia.

Com o declínio da mineração nas minas do Cuiabá, a partir da década de 1740, e a evasão de parte da população mineradora para o vale do Guaporé e demais partes da América portuguesa, os comerciantes, estabelecidos na Vila Real do Cuiabá, deparavam-se com recursos limitados para o pagamento de mercadorias trazidas pelas monções. O ouro consistia na principal moeda de barganha naquelas minas e sem ele, as dívidas contraídas com os comerciantes monçoeiros tendiam a aumentar consideravelmente. Quando isso acontecia, a sociedade mato-grossense da época via-se em condições de penúria, de extrema miserabilidade, pois a “situação de pobreza, fome e doença fazia parte do cotidiano vivido pelo homem comum de Mato Grosso no período em questão”.⁸

Com a redução da produção e da circulação do ouro nas minas cuiabanas, diminuiu o poder de compra de mercadorias pela população mineradora. Houve também dificuldades, por parte dos comerciantes estabelecidos nessas minas, no pagamento de suas dívidas com os monçoeiros que abasteciam os arraiais cuiabanos e do vale do Guaporé. Em parte, essa situação explica a tentativa dos comerciantes em procurar estabelecer intercâmbio comercial com os espanhóis.

A partir das considerações de Volpato, podemos argüir qual foi à intensidade das relações comerciais mantidas entre diferentes grupos populacionais mato-grossenses com os espanhóis do Vice-reinado do Peru, na primeira metade do século XVIII? E quais as alternativas que a sociedade colonial mato-grossense encontrou para a superação dessa crise, principalmente, para o abastecimento de gêneros alimentícios, dado o declínio da extração e circulação do ouro nas minas do Cuiabá e do vale do Guaporé?

A “bandeirinha de 1740”, que seguiu viagem até a Província de Chiquitos, teve o aval do Senado da Câmara da Vila Real de Cuiabá e dos homens de negócios ali estabelecidos:

[...] em 1740, os camaristas e negociantes de Cuiabá, com inteira aprovação do ouvidor, mandaram uma embaixada a “San Rafael de los Chiquitos” (fronteira da atual Bolívia) para entabular negociações comerciais. Foi assim organizada em Cuiabá, com objetivos comerciais e políticos, a chamada “bandeirinha de 1740”, expressão pela qual ficou conhecida na época. Era uma expedição exploratória, visando ao levantamento da região para abrir opções nas rotas de troca e espionar as aldeias jesuítas. Composta de quatro sertanistas, comandadas por Antônio Pinheiro de Faria, com o título de embaixador, levava consigo credenciais de apresentação, cartas e comerciantes e fidalgos do Rio da Prata e presentes aos anfitriões. Essa “bandeirinha”, que custou meia arroba de ouro, foi bem recebida em San Rafael e retornou a Cuiabá em novembro de 1740.⁹

Com base em uma petição feita por comerciantes da Vila Real do Cuiabá ao rei D. João V, o ouvidor, representando os interesses do grupo de comerciantes, manifestara a intenção de “abrir comércio com os castelhanos do Reino do Peru, Província do Paraguai e com várias nações de índios, que habitam os pampas, às margens do dito rio, tudo na forma dos Capítulos oitavo, e cinqüenta do Regimento do

⁸ VOLPATO, op. cit., p. 59.

⁹ CANAVARROS, op. cit., p. 216-217.

governo geral deste Estado dado ao Governador geral Roque da Costa Barreto no ano de 1677.”¹⁰ Para Canavarros, as “razões dos peticionários parecem cristalinas. Queriam mercados, estavam dispostos a montar negócios, pois circulava pouco ouro em Cuiabá naquela época, dando margem à saída de bandeiras exploratórias a partir de 1739, principalmente na direção do alto Paraguai e Arinos”.¹¹ No entanto, Canavarros considerou a atitude do ouvidor bastante suspeita, pois a aproximação com os espanhóis, naquela conjuntura política, poderia provocar sérios atritos, inclusive a invasão de tropas espanholas contra a Vila Real do Cuiabá e os arraiais do vale do Guaporé, afinal, esse povoado, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, encontrava-se em domínios espanhóis.

Não cabe no escopo deste texto discutir se havia intenção da Coroa em fomentar a ida do ouvidor para a província de Chiquitos para fazer negócios, ou se sua ação foi motivada por interesses próprios e dos seus aliados comerciantes da Vila Real do Cuiabá. O que vale destacar, nesse momento, é que rotas comerciais para os povoados castelhanos eram conhecidas desde a primeira metade do século XVIII, não somente pelas autoridades coloniais, instaladas na Vila Real do Cuiabá, e comerciantes de grossos cabedais, mas por religiosos e homens pobres que viam no outro lado da fronteira, uma excelente alternativa para o enriquecimento, como forma de fugir das dívidas, da justiça, enfim, razões que nem sempre se pautavam em interesses comerciais, em obter lucros. Sem dúvida, o contato com os espanhóis esteve assentado sobre o comércio, mas poderiam existir outros motivos ligados à busca de reconhecimento e mercês:

Os indivíduos que foram para o ultramar levaram consigo uma cultura e uma experiência de vida baseadas na percepção de que o mundo, “a ordem natural das coisas” era hierarquizado; de que as pessoas, por suas “qualidades” naturais e sociais, ocupavam posições distintas e desiguais na sociedade. Na América, assim com em outras partes do Império, esta visão seria reforçada pela idéia de *conquista*, pelas lutas contra o *gentio* e pela escravidão. Conquistas e lutas, que feitas em nome *del Rey*, deveriam ser recompensadas com mercês – títulos, ofícios e terras.¹²

Outra questão que vem sendo rebatida pela historiografia é a existência de uma sociedade colonial mato-grossense grassada pela miséria, pela pobreza extrema, à mercê dos surtos da mineração, das doenças, dos ataques de ameríndios e do medo generalizado de uma possível ofensiva espanhola. Não que essas questões não tenham algum fundamento, mas é difícil imaginar que a população luso-brasileira, principalmente o homem livre pobre, que vivia em diferentes cantos da capitania, não utilizava os rios para a pescaria, plantava roças às margens dos rios e córregos, e em lotes próximos aos arraiais e vilas que existiam: a Vila Real do Cuiabá e, a partir da segunda metade do século XVIII, Vila Bela. Além das roças, desde o início da colonização da parte central do continente sul-americano, os exploradores contavam com a abundância de animais e peixes para sobrevivência.

Romyr Conde Garcia e Thiago Kramer de Oliveira descortinam aspectos desse universo produtivo e social da capitania de Mato Grosso, demonstrando, ao contrário dos argumentos de Volpato, que a franqueada miserabilidade e isolamento da capitania

¹⁰ CANAVARROS, op. cit, pp. 217-218. O autor baseia-se no documento AHU/NDHIR, Mf. 34, doc. 276.

¹¹ CANAVARROS, op. cit. p. 218.

¹² **O Antigo Regime nos Trópicos**, op. cit. p. 24.

devem ser relativizadas.¹³ Aliás, verificam a existência de fábricas de mineração, propriedades agrárias que desenvolviam atividades produtivas mistas como mineração, criação de pequenos animais, plantação de roças, enfim, proprietários que tinham adquirido sesmarias, geralmente, militares, e que possuíam, em alguns casos, plantéis de escravos que atingiam entre 50 até 200, entre “machos e fêmeas”.¹⁴

Essas recentes interpretações historiográficas alargam a percepção para a existência de uma capitania que, certamente, possuía uma população pauperizada, sem recursos, que não vivia da mesma forma que a nobreza da terra, os potentados locais, ou como os comerciantes abastados que se instalaram na Vila Real do Cuiabá e Vila Bela, mas que procurava se sobressair a partir das condições concretas, utilizando os conhecimentos adquiridos no mundo agreste, “emprestando” as técnicas utilizadas pelas populações ameríndias na pesca, caça, extração de frutas, ervas comestíveis, no plantio de roças e criação de pequenos animais, quando autorizados pela Coroa.¹⁵

Pensar nas relações estabelecidas entre algumas parcelas dessa população mato-grossense, na primeira metade do século XVIII, com os povoados espanhóis das províncias de Moxos e Chiquitos, certamente, nos coloca diante de uma outra temporalidade e de outras questões, mas o argumento de que o intercâmbio comercial estabelecido entre portugueses e espanhóis nessa dilatada fronteira foi motivado unicamente pelo declínio da mineração merece, certamente, uma revisão.

O contrabando secreto

Com a criação de Vila Bela, a Coroa procurou espacializar-se criando pontos fortificados e povoações ameríndias à margem direita do rio Guaporé, por onde os padres jesuítas espanhóis tinham acesso ao distrito do Mato Grosso. Processo esse, porém, que foi realizado morosamente devido à falta de recursos e de forças militares suficientes para defender a escancarada fronteira com os domínios espanhóis. Com a edificação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em 1766, no governo de João Pedro da Câmara, a Coroa reafirmava a necessidade de se estabelecer nesse ponto da fronteira. Não se tratava, apenas, de aumentar o efetivo militar, mas significava, simbolicamente, que aquele estabelecimento militar representava a presença do rei o poder na mais longínqua fronteira ocidental do Império português.

Essa fortaleza fazia parte de uma rede de pontos fortificados ao longo dessa fronteira, pois os destacamentos militares, as povoações ameríndias e a feitoria que foi construída na segunda metade do século XVIII, somados, mantinham periódicos contatos que possibilitavam obter informações sobre o que acontecia do outro lado da fronteira, em domínios espanhóis, como a Coroa assegurava, com o ir e vir das monções do Pará, de militares, dos ameríndios “aliados” dos portugueses, que navegavam pelo rio Guaporé, procurava-se estabelecer a soberania régia diante dessa dilatada parte da capitania de Mato Grosso.

¹³ GARCIA, Romyr Conde **Mato Grosso (1800-1840):** crise e estagnação do projeto colonial. São Paulo. 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo; OLIVEIRA, Thiago Kramer. **Ruralidade na Terra da Conquista:** ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750). Cuiabá. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso.

¹⁴ CHAVES, Otávio Ribeiro. **Escravidão em Zona de Fronteira. Resistência Escrava em Mato Grosso (século XVIII).** In: **Fronteira, Memória e Linguagem.** Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

¹⁵ ALENCAR, Luzinéia Guimarães. **Misturando sabores:** a alimentação na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727-1808). Cuiabá. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso.

Além disso, como afirmamos, a distribuição de sesmarias nas proximidades do rio Guaporé foi uma medida que visou assentar os colonos luso-brasileiros, e também criar setores produtivos que possibilitassem atender às exigências de consumo de gêneros alimentícios da sociedade mato-grossense, em especial, do distrito do Guaporé. Cabe também ressaltar que a concessão de sesmarias era uma forma de apropriação das terras ameríndias, que estabeleceu bases econômicas que interessavam à Coroa.

Com a edificação da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, a Coroa também chamou para si a estruturação de uma grande rede de contrabando com os povoados espanhóis do Vice-reinado do Peru. Em 24 de dezembro de 1772, a Coroa procurou enviar ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, João Pereira Caldas, uma instrução que tinha como objetivo proporcionar o aumento do comércio, via rio Madeira, atingindo a capitania de Mato Grosso; além desse propósito, visava a “regular o contrabando entre Belém a partir das vastas povoações hispânicas de Orinoco, Quito e Peru. Esse plano estava assentado praticamente em três pontos: contrabando, construção de feitorias e comércio com o Rio de Janeiro, Bahia e o Pará”.¹⁶ A instrução ou memória encaminhada pelo governador da capitania de Mato Grosso, Luis Pinto de Souza Coutinho, a seu sucessor, D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, também revela um conjunto de ações, de forma sincronizada, entre a administração ultramarina e os governadores dessas duas regiões, no sentido de assegurar o incremento do contrabando nos domínios castelhanos. Nessa instrução, existem referências à alteração da política empreendida pela Coroa no sentido de estimular o comércio de contrabando com as províncias castelhanas de Moxos e Chiquitos, como também alusões à expulsão dos padres jesuítas da América espanhola, em 1767, quando as antigas missões castelhanas passaram a ser administradas por eclesiásticos nomeados pela Coroa hispânica – os “curas” – para tratar dos negócios das populações ameríndias que trabalhavam nessas propriedades.¹⁷

Como vimos, a decisão da Coroa em destinar, a partir de 10 de julho de 1770, parte dos lucros da companhia geral do comércio do Grão-Pará e Maranhão para o pagamento das folhas eclesiástica, civil e militar das capitanias do Estado do Grão-Pará e Maranhão e da capitania de Mato Grosso, aliviava consideravelmente as provedorias da fazenda de gastos com esse dispendioso aparato político-administrativo e militar. Recursos da mesma companhia foram destinados para a edificação de feitorias e fortificações na capitania de Mato Grosso, como também para prover a rota fluvial Guaporé-Madeira de melhor infra-estrutura.

Para entender a necessidade da Coroa em canalizar a prata espanhola do Vice-reinado do Peru, e utilizar “portas de entrada” na capitania de Mato Grosso, cabe lembrar que as décadas de 1760-1770 foram complicadas para a economia e a política institucional portuguesas. A Coroa, durante a primeira metade do século XVIII, dependia da produção aurífera (ouro e diamantes) extraída das capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Com o declínio da produção, a principal moeda de pagamento dos produtos ingleses, que era o ouro, acabou se escasseando, provocando forte desequilíbrio entre o que a Coroa arrecadava e as despesas decorrentes das importações dos produtos ingleses.¹⁸ Além disso, logo após o fim da guerra dos Sete anos, houve considerável queda nos preços do açúcar nos mercados externos,

¹⁶ JESUS, op. cit., p. 374.

¹⁷ **Instrução** de Luís Pinto de Souza para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Bela, 24 de Dezembro de 1772. In MENDONÇA, op. cit., p. 114. Ver parágrafos 46º e 52º.

¹⁸ PINTO, Virgílio Noya. **O Ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1979. Ver capítulo 2: O ouro brasileiro; capítulo 3: O comércio luso-brasileiro.

provocada, principalmente, pelo surgimento de novos produtores nas Índias ocidentais francesa e britânica.

O colapso do setor aurífero, entretanto, causou um impacto drástico nos empresários cujo canal de comércio apoiava-se sobretudo nos lingotes de ouro e prata para o seu sustento: os da conexão que ligava os britânicos ao ouro de Minas Gerais e à rede de contrabando de ouro e prata da América do Sul [...]. O desbaratamento das velhas redes de contrabando na região do rio da Prata havia sido causado, em parte, pela guerra contra as colônias jesuítas, no Paraguai. A influência mais importante, contudo, havia sido a bem-sucedida luta contra o comércio ilegal, desfechada pela restaurada administração espanhola em Buenos Aires. O recolhimento de rendas pelo subtesouro de Buenos Aires mais que dobrou entre 1775 e 1776, e um aumento notável de mercadorias confiscadas ocorreu entre 1769-1775. A criação do Vice-reinado do Rio da Prata em 1776 e a abrangente legislação comercial espanhola de 1778 removeram a *raison d'être* do contrabando ao abrir o comércio direto entre o rio da Prata e a Espanha. Durante os últimos anos do regime de Pombal, a disputa entre portugueses e espanhóis pelo controle da Colônia do Sacramento, o entreposto do contrabando da região do rio da Prata, prejudicou ainda mais as velhas redes clandestinas de comércio.¹⁹

Segundo Alcir Lenharo, foi por estas razões que a Coroa voltou-se para a capitania de Mato Grosso, procurando drenar a prata espanhola, utilizando a companhia geral do Grão-Pará como financiadora e principal agente dessas transações. Esperava-se estabelecer um profícuo comércio de contrabando com as missões jesuítas de Moxos e Chiquitos por serem estabelecimentos missionários populosos e que mantinham ligações comerciais com Lima e a Europa. A prata consistia, nesse período, na principal moeda de pagamento no comércio hispano-americano, pois “é muito provável que o canal mato-grossense de acesso à prata ficasse ainda mais valorizado, o que explicaria com vantagem a ‘tensão’ pela prata”.²⁰

A introdução de mercadorias através da companhia geral do Grão-Pará e Maranhão, no período de 1755 até 1777, como armas, munições, ferramentas, escravos e até mudas de plantas frutíferas para o plantio foram medidas importantes para a economia da capitania de Mato Grosso. Constavam, no estatuto dessa companhia, recursos para o envio de “presentes”, ou, mais explicitamente, pagamento de subornos às autoridades castelhanas estabelecidas no Vice-reinado do Peru, a fim de facilitar o contrabando. Como compensação para esses investimentos, a companhia poderia auferir cerca de 75% de todas as transações feitas com os povoados espanhóis, o que poderia lhe garantir o acesso à prata espanhola extraída do altiplano andino.²¹

Para o estabelecimento desse comércio, seriam úteis as informações sobre a navegação dos rios e rotas obtidas pelos homens enviados pelos domínios lusos às terras de Castela em fins das décadas de 1760 e 1770. A viagem feita pelo tenente Francisco José de Figueiredo Tavares, por exemplo, deixou diversas informações a respeito das distâncias das missões castelhanas, dias gastos nas viagens, portos, rios e caminhos terrestres que as ligavam, assim como as possibilidades de navegação. O governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho, quando chegou a Vila Bela pela rota dos rios Madeira/Guaporé registrou também preciosas informações sobre esse trajeto. Desta forma, além do conhecimento necessário para a demarcação de limites, essas informações possibilitavam viabilizar a prática do comércio clandestino.²²

¹⁹ MAXWELL, op. cit., p. 142-143.

²⁰ LENHARO, op. cit., p. 46-47. Capítulo 2: Do contrabando da prata.

²¹ DIAS, op. cit., p. 218-219

²² JESUS, op. cit., p. 375.

Para o marques de Pombal, era necessário estabelecer contatos não somente com os curas das missões de Chiquitos e Moxos, mas também com as autoridades hispânicas de Orinoco e Quito, a fim de permitir o acesso às mercadorias levadas pela companhia até a capitania de Mato Grosso, e que, posteriormente, seriam negociadas em domínio espanhol. No entanto, cabia aos governadores desta capitania administrar o contrabando, procurando enviar emissários aos povoados espanhóis, visando verificar como seriam feitas as negociações.

Ao mesmo tempo em que determinava o incremento do comércio ilícito entre Mato Grosso e as províncias espanholas, ferindo diretamente o exclusivo espanhol, Pombal atuava no sentido de impedir que boa parte do lucro desse contrabando permanecesse na Capitania. De acordo com esse propósito, o lucro dos comerciantes locais sobre os produtos importados pelo Pará foi taxado em doze por cento. A justificativa era evitar que os gêneros atingissem preços extorsivos, e o objetivo era carrear os lucros para os cofres da Companhia [...]. O interesse por este metal explica-se pelo fato de ele ser usado como principal elemento de troca no mercado internacional. Isso porque as moedas de ouro eram demasiadamente valiosas, sendo, portanto, as de prata mais apropriadas para as transações comerciais.²³

Em 25 de maio de 1773, Pereira e Cáceres escreveu a Martinho de Melo e Castro, informando que tinha recebido notícias vindas de Lisboa, repassadas pelo governador do Pará, João Pereira Caldas, para intensificar a navegação e o comércio com a capitania de Mato Grosso. Informava também que de acordo com as informações, cabia ao diretor e aos deputados, que faziam parte da companhia, construir feitorias que servissem como entrepostos comerciais e alojamentos para os comerciantes e viajantes ao longo do trecho da capitania do Pará até Mato Grosso. O governador Pereira Caldas, juntamente com o diretor das obras indicado pela companhia, ficaram responsáveis para verificar os locais onde deveriam ser construídas as feitorias. Pereira e Cáceres assumiu o compromisso de vistoriar os prováveis pontos a serem averiguados no distrito do Mato Grosso para o início das obras. Todo esse trabalho deveria ser feito em conjunto com Pereira Caldas e engenheiros responsáveis pela edificação desses entrepostos comerciais.²⁴

Em outra correspondência enviada a Melo e Castro, Pereira e Cáceres detalhou as ações tomadas para dar prosseguimento à prática do contrabando oficial. Fazendo referência ao parágrafo 5º da carta instrutiva, o governador fez alusão à intenção do rei D. José I em “abrir por qualquer modo as Portas do Comércio dos espanhóis nesta Fronteira; fechada há muito tempo com as mais escrupulosas cautelas”. Segundo o governador, as dificuldades enfrentadas por seus antecessores em manter o comércio com os povoados castelhanos devia-se à postura do “vigilante” governador espanhol D. Antonio Aymerik, que tinha ordens expressas da Coroa espanhola para impedir qualquer tipo de intercâmbio comercial com os portugueses, naquela região. As relações com as autoridades do Vice-reinado do Peru começaram a mudar a partir da sucessão do novo governador D. León de Velasco, que era visto por Pereira e Cáceres como menos rigoroso e mais inclinado à prática do contrabando. Um outro receptor das mercadorias portuguesas foi o Frei Caetano de Fudela, administrador da missão de Madalena, “confidente e intérprete das nossas intenções”, dizia Pereira e Cáceres a Melo e Castro.

²³ VOLPATO, op. cit., p. 61-62.

²⁴ 1773, maio, 25. Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, sobre a promoção do comércio e da navegação cm o Grão-Pará e as feitorias que serão construídas. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento 1030, Cd 04).

Logo que assumiu o governo da capitania de Mato Grosso, Pereira e Cáceres recebeu informações do frei Fudela, avisando que aguardava com grande expectativa, chegada das mercadorias que deveriam ser trazidas de Belém pelos comerciantes da companhia geral do Grão-Pará até o distrito do Mato Grosso. Conhecendo o perfil de D. León Velasco, Pereira e Cáceres tomou as seguintes providências:

[...] tenho instruído ao oficial atualmente comandante da dita Fortaleza [forte de Bragança] para que debaixo dos indispensáveis princípios de política e de reserva precisa e desconfiando sempre de sua respeitosa boa fé; se aproveite da ocasião que presentemente se ofereceu, para que, mostrando ceder ao desejo do mesmo Governador castelhano, possa ter principio o Negócio de contrabando que nos convém: e depois de recomendar-lhe toda cautela, com que deve promovê-lo, parta que senão presuma em forma alguma minha determinação, e consentimento; lhe indiquei também, a forma e qualidades de comércio, que julguei convenientes, a fim de procurarmos a importação e sua Prata [...] evitando ao mesmo tempo com alguma indústria o mais que pode-se ser a exportação do ouro desta Capitania, que nunca pareceu ser conveniente, sem que nos introduzam espécies de valor real que tem as referidas.²⁵ (grifos nossos).

A urgência era tamanha para o início dessas negociações que o governador utilizou-se de desculpas, como a entrega de ameríndios que pertenciam às missões castelhanas e se encontravam na capitania de Mato Grosso, ordenando a devolução aos militares do forte Bragança. Nessa ação, os soldados deveriam averiguar quais seriam os possíveis locais a serem estipulados para o início do contrabando. Apesar de todas as providências, o governador demonstrava-se bastante inquieto, pois não tinha recebido nenhuma notícia das Províncias de Chiquitos e de Moxos.

Sonhos quixotescos alimentavam as mentes das autoridades portuguesas, desejosas de conseguir atingir o Oceano Pacífico, via Lima, como também estabelecer uma rota de comércio via litoral do Panamá até Nova Espanha. Projeto ousado para as condições econômicas vividas pela Coroa naquele período. Ficou também explícita a intenção portuguesa sobre a necessidade de se obter a prata como moeda de pagamento para as mercadorias introduzidas, nas províncias de Moxos e Chiquitos, pela companhia geral do Grão-Pará e estocadas nas fortalezas existentes nas capitanias do Pará e de Mato Grosso. Procurava-se evitar a todo custo o pagamento em ouro de produtos do interesse da Coroa, adquiridos em domínios espanhóis: a mercadoria deveria ter igual valor, ser equivalente ao montante em ouro pago, e que não provocasse desvantagens para a economia metropolitana.²⁶

Como apontamos, um outro estabelecimento utilizado para a prática do contrabando oficial foi o forte Coimbra, construído em 1775, por ordem de Pereira e Cáceres, pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra. A edificação dessa fortificação se justificava em função da tentativa em conter a ofensiva dos ameríndios Paiaguá e Guaicuru, que atemorizavam as monções provenientes das capitanias de São Paulo que se dirigiam à Vila Real do Cuiabá. Os planos de Pereira e Cáceres, orientados pela Coroa, consistiam em fomentar o comércio via rio Paraguai, pois através dessa rota

²⁵ 1773, Maio, 25, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, sobre o negócio de contrabando que convém a Coroa portuguesa. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 16, documento 1031, Cd 04). As cartas enviadas ao comandante do forte Bragança foram do governador da província de Moxos, D. León, em 17 de março de 1773 e do frei Fudela, de 17 e 22 de março de 1773.

²⁵ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. **Os Jesuítas e seus sucessores** – Mojos e Chiquitos (1767-1830). Revista de História. USP. Boletim nº 11.

²⁶ 1773, Maio, 25, Vila Bela, Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, sobre o negócio de contrabando que convém a Coroa portuguesa, op. cit.

não correria o risco os comboios de comerciantes e de tropas militares de sofrer nenhum embaraço como os existentes durante as travessias das cachoeiras nos rios Madeira ao Guaporé. Considerava também que às margens desse rio haviam povoados castelhanos, nos quais, futuramente, poderiam ser introduzidas mercadorias de todos os tipos, atingindo inclusive a Província do Paraguai. Pereira e Cáceres, com o novo povoado que pretendia criar nos arredores do forte Coimbra, tinha o propósito de garantir a defesa daquele posto militar, além de fomentar a instalação de lavouras. A população ali estabelecida poderia viver da caça e da pesca, pelo fato de a nova fortificação estar situada às margens do grandioso rio Paraguai. A população intra e extra-muros seria uma referência importante para o comércio interno regional, ou seja, através dos rios Paraguai e Jauru, poderia abastecer a Vila Real do Cuiabá e outras localidades daquele distrito. Não descartava o governador a possibilidade do comércio entre a capitania de São Paulo e Mato Grosso, que teria como entreposto comercial a nova fortificação. Esperava-se, com o estabelecimento dessa nova rota comercial, tendo como ponto de apoio o forte Coimbra, alargar ainda mais a área de atuação da companhia do Grão-Pará, não somente através do contrabando com os povoados espanhóis, como também possibilitar acirrada concorrência através do comércio regular (interno) com os comerciantes do litoral que abasteciam a Vila Real do Cuiabá.²⁷

Como observamos, os militares foram envolvidos nessa rede de contrabando oficial, como o caso do comandante do forte Bragança, Caetano de Souza, e outros menos graduados. Enquanto a companhia de comércio do Grão-Pará se encontrava na fase áurea, no período de 1769 a 1776, nos governos de Souza Coutinho e Pereira e Cáceres, essa teia de negócios foi ampliada. Comerciantes espanhóis, curas que administravam as missões, autoridades portuguesas e espanholas e colonos luso-brasileiros, foram envolvidos nessa estrutura instrumentalizada desde os gabinetes metropolitanos.

Desde as viagens feitas por sertanistas luso-brasileiros às missões jesuítas de Moxos e Chiquitos, no início da década de 1740, a Coroa obteve preciosas informações sobre o Vice-reinado do Peru. Foram “reveladas” rotas terrestres e fluviais até aquelas missões, dados sobre a população, economia e administração jesuíta, provocando nas autoridades portuguesas receio de que a aproximação com os povoados missionários pudessem colocar em risco os seus interesses no vale do Guaporé.²⁸ Não era sem razão essa preocupação, pois, desde fins do século XVII, os jesuítas vinham fundando missões nessa parte do continente sul-americano, com o aval da Coroa espanhola. De 1682 a 1700, foram fundadas, na Província de Moxos, as Missões de Loreto (1682), Trindad (1687), San Ignacio (1689), San Javier (1691), São Francisco de Borja (1693), San Pedro (1697) e San Luís de Gonzaga (1700). Até meados do século XVIII, foram criadas pelos jesuítas, mais dezessete missões, entre elas: Santos Reys (1702), Exaltación (1704), Concepción de Baures (1708), São Joaquim (1709), Santa Ana (1709), Santa Magdalena (1717), Santa Rosa (1743), San Simão (1746) e San Miguel (1743). As três últimas foram construídas às margens do rio Guaporé e, como vimos, foram alvo de disputas entre o governador Rolim de Moura e os padres espanhóis durante as décadas de 1750 e 1760.²⁹ A Província de Moxos era a que provocava maiores preocupações para os portugueses, pois o expansionismo jesuíta para o vale do

²⁷ 1775, Setembro, 02. Ofício Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, que informa sobre a expedição que seguiu da Vila do Cuiabá para o Fecho do Morro. Vila Bela. (Projeto Resgate. AHU. MT. Caixa 18, documento 1108, Cd 04).

²⁸ PEREIRA, op. cit.

²⁹ MEIRELES, op. cit., p.78-79.

Guaporé, em fins da primeira metade do século XVIII, tornou-se uma ameaça real às intenções da Coroa em consolidar o controle político-territorial do vale e da navegação do rio Guaporé em direção ao Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Em 1768, período em que os padres jesuítas foram expulsos da América espanhola, como vimos, foi feito um levantamento da população estabelecida nas missões jesuítas de Moxos e Chiquitos, o que apresentou o número de 39.005 habitantes, com grande superioridade populacional em relação à capitania de Mato Grosso, que possuía, apenas, no distrito do Cuiabá, 7.077 habitantes e no distrito do Mato Grosso 3.829, totalizando, 10.906.³⁰ Ao findar a década de 1760, as missões de Chiquitos e Moxos passaram a ser consideradas pela Coroa como mercados excelentes para o desenvolvimento do contrabando oficial. Não se tratava de deixar de lado os antigos ressentimentos entre portugueses e espanhóis, mas estabelecer canais de intercâmbio comercial, de forma sigilosa, com esses povoados, tendo os curas como agentes receptores das mercadorias lusitanas: a prata e o desejo de expansão colonial, somados, animavam os portugueses a olhar para o Vice-Reinado do Peru.

Segundo Jesus, a comunicação com os curas das missões de Moxos para o início do contrabando teve início em 1769, no governo de Souza Coutinho. O encarregado dos primeiros contatos foi o tenente Francisco José de Figueiredo, que se deslocou para as missões a mando do governador, com o pretexto de se colocar à disposição das autoridades espanholas e contribuir para a expulsão dos padres jesuítas. Na ocasião, este militar procurou registrar os caminhos percorridos (terrestres e fluviais) e outras informações que julgou do interesse do governador.

Ele identificou no território de Moxos quinze missões supervisionadas por Antonio de Aymerick, cuja divisão administrativa interna seguia a divisa dos rios Jacumã, Mamoré, Itunamas e Baures. Além disso, apontou dois caminhos que poderiam acessar o distrito do Mato Grosso às terras castelhanas. Vejamos o primeiro: Fortaleza de Bragança → Exaltação → Santa Ana → Santos Reis → São Borja → Santo Ignácio. Apesar do tenente não avançar na apresentação deste trajeto é possível que de Santo Ignácio pudesse seguir para Trindade → Loretto → Cochabamba ou Santa Cruz → Potosi → Chuquesaca, ou o inverso Santa Cruz → Chuquesaca → Potosi [...]. O segundo caminho era mais curto. Esta rota era: Bragança → Exaltação → São Pedro → Trindade → Loretto, seguindo posteriormente o percurso dito acima para se chegar a Chuquesaca ou Potosi.³¹

O reconhecimento das missões de Moxos e Chiquitos foi um trabalho que vinha sendo realizado de longa data, pois informações já vinham sendo coletadas, não somente durante os governos de Rolim de Moura, Pedro da Câmara e Souza Coutinho, mas também por ordem de autoridades estabelecidas na Vila Real do Cuiabá, no caso do ouvidor João Gonçalves Pereira. O padre jesuíta Agostinho Lourenço, ao receber ordens de Rolim de Moura para fundar o primeiro aldeamento ameríndio no vale do Guaporé, em 1751, fez um minucioso levantamento sobre a população ameríndia administrada e “silvestre” e apresentou detalhadas informações sobre as missões jesuítas castelhanas, segundo registro constante no Anal de Vila Bela, ano de 1759:

Entregou à sua Excelência um diário de toda a jornada, com uma miúda averiguação, não só das nações, ou resto das nações, ou resto de nações que já davam obediência aos sertanistas da parte oriental do vale do Guaporé, como uma lista de todos os rios que desta vila até Santa Rosa se metem no mesmo rio, tanto de uma como de outra banda,

³⁰ Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU/NDHIR/UFMT. Micro Ficha 183, doc. 2701 Apud SILVA, op.cit., p. 114.

³¹ JESUS, op. cit., p. 350.

pelas missões castelhanas, suas situações, qualidades, número de gente, forma do seu governo, e ultimamente muitas notícias pertencentes ao Reino do Peru e terras confinantes com essa fronteira.³²

Com a missão de averiguar a situação do território espanhol, espões foram enviados pelos governadores da capitania de Mato Grosso, a partir da segunda metade do século XVIII, para observar a movimentação de tropas e aliciar ameríndios para viverem na capitania. Desde que a guarda de Santa Rosa foi montada, em 1757, à margem direita (parte oriental) do rio Guaporé, os ameríndios, que ficaram em suas imediações deixaram parentes nas missões espanholas, o que fazia com que repassassem informações aos militares luso-brasileiros sobre o que ocorria naqueles estabelecimentos. A partir dos registros constantes nos Anais de Vila Bela (1734-1789),³³ percebe-se que as relações mantidas entre as autoridades portuguesas da capitania de Mato Grosso e as espanholas do Vice-Reinado do Peru nem sempre foram tensas ou conflituosas. Havia espaço para tratamentos cordiais, “civilizados”, como a recepção de autoridades espanholas em Vila Bela, e para a apresentação de saraus e banquetes; havia também troca de correspondências, de presentes, de prisioneiros, envio de boticário para dar assistência aos padres castelhanos estabelecidos nas missões etc. A cada viagem feita por militares luso-brasileiros aos povoados castelhanos ou a vinda de autoridades espanholas para a capitania mato-grossense, conhecia-se um pouco mais sobre a vida dos espanhóis do outro lado da fronteira (e vice-versa). No entanto, quando as relações políticas na Europa agudizavam-se, colocando as Coroas de Portugal e da Espanha em posições opostas, as formas de convivência entre as populações luso-brasileira e espanhola, que eram pacíficas, transformavam-se, ficando tensionadas e fazendo recrudescer os atritos na região.

“O contrabando que nos convém ...”

O forte Bragança, antiga fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, continuou a desenvolver as operações militares, mesmo depois de suas instalações terem sido condenadas pelos engenheiros Oliveira Rêgo e Sambucetti. Desde a sua fundação, a fortaleza constituiu-se no centro das atividades militares na capitania de Mato Grosso, sendo o estabelecimento mais bem fortificado, pela localização à margem direita do rio Guaporé, na contra-face da Província de Moxos. O forte também continuou servindo de cobertura ao comércio regular com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, através da rota fluvial Guaporé-Madeira.

Por outro lado, o forte estava incluído em uma ampla rede de povoados e fortificações que, e, além do comércio regular, servia para a logística do contrabando orquestrado pela Coroa, que passou a ter os povoados espanhóis, a partir das décadas de 1760 e 1770, como os principais alvos das mercadorias de diferentes regiões do Império português negociadas pela companhia geral do Grão-Pará.

Como afirmamos, o comandante desse estabelecimento militar constituía-se em peça-chave do contrabando de mercadorias com o Vice-reinado do Peru. Subordinado ao governador da capitania, cabia-lhe conduzir tropas militares para os povoados espanhóis em busca de escravos fugidos, devedores do fisco e criminosos. Essa rotina militar acabava, porém, dando cobertura às atividades comerciais não regulares mantidas com os castelhanos.

³² Anais de Vila Bela, op. cit., p. 73.

³³ Anais de Vila Bela, op. cit., p. 78.

Desde que assumiu o governo da capitania de Mato Grosso, Pereira e Cáceres procurou manter a Coroa informada “sobre o novo comércio com os Espanhóis, que não tem cessado as diligências, que pelo possível modo, tenham feito praticar a fim de mais o promover na forma das reais ordens do mesmo Senhor”.³⁴ O contrabando era incentivado pela Coroa, como vinha ocorrendo, desde a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, com o Vice-reinado de Buenos Ayres.

Embora as autoridades portuguesas protestassem contra o comércio ilegal em seu território, incentivavam as transações comerciais ilegais entre Portugal e a América espanhola. O comércio com os territórios hispânicos através da colônia do Sacramento era considerado positivo, pois trazia prata. Além disso, por meio de uma ocupação “virtual” e econômica, tanto os legisladores portugueses quanto os espanhóis buscavam obter a posse das terras disputadas. Em outras palavras, os portugueses e outros homens de Estado viam o contrabando com bons olhos desde que este atendessem aos interesses econômicos e políticos de sua terra natal. A administração colonial teve papel decisivo na regulação do comércio ilegal.³⁵

Sem descuidar de manter as autoridades metropolitanas informadas do que se passava em seu governo, Pereira e Cáceres, em julho de 1775, repassou a Melo e Castro informações confidenciais sobre o “negócio” de contrabando com os espanhóis. Com base em notícias enviadas pelo governador da Província de Moxos, D. León de Velasco a Caetano de Souza, foram instruídos alguns procedimentos sobre como deveria ocorrer esse comércio. O frei Fudela, da Missão de Exaltáion, era o principal encarregado do governador espanhol para agilizar os contatos com os portugueses e demais curas da Província de Moxos; D. León tinha interesse em se encontrar com o comandante da fortaleza portuguesa na barra do rio Machupá, em território espanhol, para combinar como se dariam as operações; o comandante Caetano de Souza, porém, preferiu não ir ao encontro, esperando orientações do governador Pereira e Cáceres. Formava-se, assim, uma intrincada rede composta por autoridades portuguesas e espanholas que atuavam na condução dessas atividades “secretas”. Atividades essas que sofriam atento acompanhamento da Coroa, que procurava estabelecer, desde o outro lado do oceano Atlântico, as regras desse intrincado jogo comercial entre os domínios americanos dos dois impérios.

D. León de Velasco insistiu em viajar com a comitiva até o forte Bragança. No entanto, o comandante procurou impedir a viagem, dizendo que não se encontraria naquele estabelecimento, no período. Esse argumento servia, certamente, para evitar que o governador espanhol levantasse informações sobre as obras do forte Príncipe da Beira, que se encontravam em andamento. A localização da nova fortificação devia ser considerada “segredo de Estado”. Havia, naquela área, grande circulação de militares, escravos e artesãos de diferentes partes da capitania, convocados pelo governador português para trabalhar na edificação dessa fortificação, situada a menos de três quilômetros do forte Bragança.

Havia cuidados a tomar para que as informações não vazassem e comprometessem o andamento das negociações. Desta forma, justificam-se as alianças feitas pelos governadores da capitania de Mato Grosso e do Estado do Grão-Pará e Maranhão, no sentido de fazer com que esse tipo de contrabando “oficial” obtivesse

³⁴ 1775, Fevereiro, 28, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro em que informa que não tem cessado as diligências para promover o comércio com os espanhóis. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 17, documento 1096, Cd 04).

³⁵ PIJNING Ernst, Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 21, n. 42, São Paulo, 2001, p. 9.

sucesso. Não se tratava de uma rede de pessoas formada somente em território português, mas também em domínio espanhol, extrapolando essas atividades para outras regiões ibero-americanas e além-mar.

Alguns soldados do forte Bragança, escolhidos pelo comandante, estavam envolvidos na teia de contrabandistas. Nos relatos do comandante do forte Bragança, aparecem nomes de militares encarregados de fazer os contatos com os curas espanhóis. Por exemplo, o soldado Manoel Joseph foi o emissário encarregado de entregar ao frei Fudela cartas e “presentes” destinados ao cura da Missão de São Pedro, na repartição do Mamoré. Os “presentes”, enviados pelos acionistas da companhia geral do Grão-Pará geralmente, eram pequenas barras de ouro distribuídas aos curas para agilizar as operações comerciais de contrabando na fronteira luso-espanhola.³⁶

No Estado do Grão-Pará e Maranhão, o governador João Pereira Caldas, era o principal representante dos interesses dessa companhia; na capitania de Mato Grosso, o mesmo papel recaía sobre governador Pereira e Cáceres, responsável pela organização de todas as operações de contrabando com os espanhóis, enquanto D. León de Velasco, governador das Províncias de Moxos e Chiquitos, era o parceiro nos domínios espanhóis, pois detinha o controle político-administrativo de todas as antigas missões jesuítas. O frei Fudela, da missão de Madalena, era o principal mediador dos contatos com os portugueses, e com os demais curas. A missão de Madalena situava-se na barra do Itonomas, fronteira com os domínios portugueses e consistia no principal ponto de apoio ao contrabando.

D. León e o frei Fudela procuravam manter informado o comandante do forte Bragança, Caetano de Souza que, por sua vez, repassava as notícias ao governador Pereira e Cáceres. Os assuntos eram variados, mas envolviam o andamento dos negócios do contrabando e, principalmente, os entraves que ocorriam para que fossem aceleradas as negociações. Os curas faziam referências ao decréscimo populacional nas missões em função de doenças e à desorganização das atividades produtivas, como às longas distâncias entre as missões, o que gerava um considerável tempo para se fazer os devidos contatos com os curas.³⁷

Apesar dos problemas que ocorriam no lado espanhol, o contato com a missão de San Martim tinha sido feito, estendendo-se ainda mais os tentáculos desse sigiloso comércio. O cura dessa missão esperava que as mercadorias do Grão-Pará chegassem ao forte Bragança para que se realizasse o esperado “negócio de contrabando”. As mercadorias remetidas pela companhia geral do Grão-Pará à capitania de Mato Grosso chegavam em períodos determinados, regulando, de certa forma, o andamento do comércio com os espanhóis. A duração da viagem dos comboios de comerciantes de Belém até Vila Bela durava cerca de cinco a seis meses, o que impunha um “calendário do contrabando”, para que as negociações entre os portugueses da capitania de Mato Grosso e os espanhóis do Vice-reinado do Peru ocorressem. A constante menção às cartas do frei Fudela, que aguardava com apreensão as mercadorias do Pará, demonstra que essa engrenagem comercial ganhava maior fôlego quando os produtos eram depositados nos armazéns do forte Bragança e em Vila Bela.

A chegada de mercadorias em Vila Bela era saudada por comerciantes, como mostra o registro nos Anais, no ano de 1773:

Floresce em grande aumento o comércio da cidade de Belém do Grão Pará com esta capital, pois que a ela chegaram, no mês de fevereiro do presente ano, Flávio de

³⁶ 1773, Maio, 25, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho Melo de Castro. Sobre o contrabando que convém a Coroa, op. cit.

³⁷ BASTOS, op. cit.

Almeida Pessoa e Manoel da Silva Barata, com mais comerciantes, com grande quantidade de gêneros e viveres necessários nessas minas.³⁸

Em correspondência enviada a Melo e Castro, datada de 25 de maio de 1773, Pereira e Cáceres esclarecia que tinha recebido orientações de Pereira Caldas, com base nas determinações dos Deputados da companhia de comércio do Grão-Pará, para que fossem aceleradas as edificações das feitorias que dariam sustentação ao comércio com a capitania de Mato Grosso.³⁹ Seguindo as instruções recebidas da Coroa, Pereira e Cáceres, em 17 de dezembro de 1773, deixou a sede administrativa da capitania e dirigiu-se ao forte Bragança, acompanhado do “ajudante-de-ordens Francisco Dorta Tejo, o capitão engenheiro Salvador Franco da Mota, a escolta de dragões e seu alferes Joaquim P. de Albuquerque, indo por capelão o visitador frei Antônio de Melo”. A expedição tinha a intenção de “levantar um plano dos leitos dos rios Guaporé, Mamoré, Jauru”⁴⁰ e também de averiguar de perto como as operações comerciais com os espanhóis estavam sendo realizadas. Pereira e Cáceres também procurou inspecionar se o forte Bragança teria condições de continuar recebendo as mercadorias da companhia geral do Grão-Pará, pois havia expectativa, por parte do governador, de que o volume do comércio entre Belém e a capitania mato-grossense aumentasse, como também as operações do contrabando “oficial” com os espanhóis.

Cabe ressaltar que, nesse período, ocorreram mudanças significativas no poderio econômico da companhia geral do Grão-Pará, ocasionadas pela desenfreada concorrência comercial provocada por outras nações européias nas praças africanas de Cacheu e Bissau. O que ocorria em outras partes do Império português acabava interferindo na economia de diversas capitanias da América portuguesa e vice-versa. Se o comércio com os espanhóis do Vice-reinado do Peru não avançasse, os cofres da companhia não teriam a tão desejada prata, necessária para adquirir produtos manufaturados ingleses e para equilibrar as finanças do Reino, que se mantinha dependente do comércio inglês.

Na carta de 24 de abril de 1773 nos avisaram os administradores de Cacheu do notável prejuízo que a Companhia experimentara pelos contrabandos que nas costas daquele continente faziam os estrangeiros extraíndo das Praças de Ziguichor muita cera, escravos e marfim, e que por terem então notícia de que naquela Praça, se acham uma chalupa francesa, outra inglesa, e ter esta já segunda vez arribado para dentro com água aberta depois de haver mandado por terra 16 *escravos* para a *Gâmbia*, onde tinha um navio para receptáculo dos seus extravios, e que assim excitados dos ditos administradores destes justos motivos, e lembrados das freqüentes advertências que para evitarem os contrabandos sempre lhes repetimos, se haviam resolvido a fazer nela a apreensão remetendo-nos de tudo um auto.⁴¹

Devido à gradativa perda desses importantes mercados africanos, a Coroa, juntamente com os acionistas da companhia geral do Grão-Pará, procurou intensificar as

³⁸ *Anais* de Vila Bela, op. cit., p. 187.

³⁹ 1773, Maio, 25, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Sobre a promoção do comércio com o Grão-Pará, op. cit.

⁴⁰ 1774, Fevereiro, 14, Rio Madeira. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro sobre as novas determinações com que se deve regular, op. cit..

⁴¹ Petição de 1775 sobre os acontecimentos ocorridos com navios estrangeiros em Cacheu e Bissau. AHMF-CGGPM. Registro de Exposições da Companhia. XV/R/26, fls. 8-11. Apud. CARRERA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1988, pp. 276-277.

relações comerciais com a capitania de Mato Grosso, visando amealhar a maior quantidade de riquezas possível, como forma de compensar os crescentes prejuízos registrados naquelas praças. O comércio de contrabando com os povoados espanhóis do Vice-reinado do Peru consistia, assim, em uma alternativa para amenizar o quadro financeiro da companhia protegida pela Coroa, tendo em vista que o grande entreposto americano do contrabando da prata, a Colônia do Sacramento, encontrava-se na mira da administração do Vice-reinado do Prata, interessada em estancar essa antiga e ilícita prática comercial. As ações dos governadores Pereira e Cáceres e Pereira Caldas, buscando prover essas duas unidades territoriais da América portuguesa com feitorias e fortalezas e melhorias na rota fluvial Guaporé-Madeira, denunciam a necessidade de tornar essas regiões potencialmente capazes de atender às exigências da economia portuguesa.

As monções que partiam do Pará em direção a Vila Bela levavam predominantemente manufaturas importadas, tais como tecidos, utilidades domésticas, adornos, drogas, perfumarias, cuja procedência era da Europa, Oriente e África. Desta última vinham os escravos. Da capitania de Mato Grosso para o Pará, quando retornavam as monções, eram levados cereais ou drogas da região, como copaíba, sangue-de-drago e madeiras diversas. Essas mercadorias, no entanto, não enchiam os comboios, que em sua maior parte voltavam vazios. Certo era que o ouro era a carga mais valiosa. O fato deles chegarem carregados e partirem com espaço disponível nas embarcações, demonstra que a Companhia obtinha algum lucro no distrito do Mato Grosso.⁴²

Além das mercadorias citadas pela autora, a companhia geral do Grão-Pará carregava para Lisboa a prata espanhola, produto indispensável às transações comerciais com os ingleses. Estimar a quantidade de prata contrabandeada é quase impossível, pois se tratava de atividades ilícitas, o que não deixava registros. O custo da construção da feitoria entre essas duas regiões, como também o pagamento dos militares que ficariam responsáveis pela segurança dos comboios procedentes de Belém, seriam da companhia geral do Grão-Pará. O local escolhido para a construção da feitoria foi à confluência dos rios Corumbiara e Madeira, praticamente na divisa entre as duas regiões. Esta feitoria ficaria sob o controle do forte Bragança, juntamente com as aldeias de Lamego e Leomil.⁴³

Enquanto essas providências eram tomadas, Pereira e Cáceres não deixava de enviar seus emissários ao Vice-reinado do Peru, para que o contrabando avançasse: “mimos” foram entregues para “o Presidente da Real Audiência de la Prata, ao Governador e capitão-general de Santa Cruz de La Sierra e ao Bispo desta mesma cidade, além do Governador de Moxos, subordinado a Santa Cruz de La Sierra”, por intermédio do alferes Manoel José da Rocha.⁴⁴ O intermediário desses presentes era nada menos do que o já conhecido frei Fudela, da missão de Exaltación. Percebe-se que a geografia do contrabando se expandia, envolvendo as principais autoridades do Vice-reinado do Peru.

No entanto, sabia Pereira e Cáceres que não bastaria somente o envio de presentes a essas autoridades para que o contrabando acontecesse com a intensidade esperada. As longas distâncias entre as missões e demais povoados espanhóis impediam

⁴² JESUS, op. cit.; p. 369.

⁴³ 1774, Setembro, 30. Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres ao Marques de Pombal informando sobre a construção da feitoria. (Projeto Resgate, AHU. Mato Grosso, caixa 17, documento 1088, Cd 04).

⁴⁴ 1775, Fevereiro, 28, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro em que informa que não têm cessado as diligências para promover o comércio com os espanhóis. (Projeto Resgate. AHU. Mato Grosso, caixa 17, documento 1096).

que os contatos fossem feitos com rapidez. Os emissários de Pereira e Cáceres não se limitaram, porém, a operar somente na Província de Moxos, estendendo sua área de atuação até a Província de Chiquitos, que ficava a quinze dias de viagem de Vila Bela. As missões de Chiquitos ficavam cerca de doze dias de viagem do registro de Jauru, rota que poderia ser utilizada para o comércio de contrabando com os espanhóis.

Sobre as distâncias percorridas pelos envolvidos, nesse comércio de contrabando, tem-se a informação de que, de Vila Bela até o forte Bragança (antiga guarda de Santa Rosa), o tempo de viagem era de aproximadamente 30 dias; do forte Bragança até o destacamento militar das Pedras, de 12 dias; do destacamento das Pedras até a aldeia de São José, 26 dias; do forte Bragança até a barra do rio Mamoré (território espanhol) eram três dias de viagem; e, a partir dessa localidade, chegava-se às principais missões castelhanas. Da barra do rio Mamoré até a Missão de Exaltación gastava-se oito dias de viagem; até a missão de Santa Ana, situada próxima a um rio que faz confluência com o rio Mamoré, três dias; e, até a missão de São Pedro, considerada a principal missão da Província de Moxos devido às benfeitorias ali existentes e à presença do principal superior das missões, a distância era de

[...] três dias de marcha mais acima, e mais principal pelas fábricas e pela assistência do superior, a de San Xavier; a de Trindade e Loreto e São José, está muito chegada à cidade de Santa Cruz de La Sierra, cabeça da Capitania do mesmo nome, e assistência do governador. Em todas essas missões são os padres senhores absolutos, dominando muito mil índios que, como escravos, lhes trabalhavam e fabricavam muitos haveres, com que fazem grande negócio... e se infringissem... andando as nossas canoas como frotas para uma e outras missões, conduzindo os efeitos, principalmente para a de São Pedro, onde se ajuntam. Dali se repartem para o Pará, para onde mais lhes parece.⁴⁵

Essas informações mostram que esse comércio dependia do conhecimento das rotas e do ânimo das populações ameríndias, as quais, muitas vezes, se encontravam em fuga dos estabelecimentos missionários, confrontando-se com grupos rivais e os curas. Fica evidente nas cartas enviadas pelos curas das missões a Caetano de Souza, que havia, naquele período, desordens e mortes nas províncias espanholas causadas por insurreições ameríndias, que passaram a atacar povoados castelhanos. A inquietação ameríndia foi provocada pela inoperante administração das missões, que se encontrava em mãos dos eclesiásticos indicados pela Coroa espanhola. Mesmo diante desse cenário de instabilidade nessa parte do território espanhol, os resultados desse comércio começaram a surgir. Isso pode-se depreender da menção que Pereira e Cáceres faz a respeito da entrada de apenas quinhentos mil réis, decorrentes de pequenas transações comerciais feitas por seus emissários com os espanhóis, pois em 28 de junho de 1776, chegou à Vila Bela um comboio comandado por 15 castelhanos, com 564 mulas para serem comercializadas. Os castelhanos adentraram a capitania através do registro de Jauru, situado às margens do rio Paraguai (cerca de trezentos e cinquenta quilômetros da Vila Real do Cuiabá, e trezentos de Vila Bela). Durante a viagem, uma parte da comitiva castelhana tinha ficado adoentada e ocorreu o falecimento de alguns peões que faziam parte do grupo. Os doentes ficaram meses em tratamento em Vila Bela, à custa de recursos da Provedoria da Fazenda.⁴⁶ Esse grupo tinha larga experiência nesse tipo

⁴⁵ **Anais** de Vila Bela, op.cit.; pp. 144-145. Distâncias percorridas pelas expedições militares, comboios de comerciantes, enfim, entre um ponto a outro do distrito do Mato Grosso e em território espanhol.

⁴⁶ 1776, Junho, 28, Forte Príncipe da Beira. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro que informa sobre o comércio de contrabando e sobre os dois espanhóis que chegaram a Vila Bela com uma partida de 564 mulas e os problemas que surgiram. (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 18, documento 1128, Cd 04).

de comércio, pois negociava também com o Vice-reinado do Prata, através da colônia do Sacramento. Nesse mesmo período, tinham entrado, através do mesmo registro “25 índios da missão de São João, com trezentos bois e 11 cavalos”.⁴⁷

Devido às doenças que os castelhanos tinham contraído, não foi possível, naquele momento, fazer a troca de mercadorias tão esperada pelo governador. Um dado interessante constante na pauta de negociações proposta pelos castelhanos era a inclusão de escravos negros; e diante da insistência castelhana em adquirir cativos africanos, Pereira e Cáceres resolveu não permitir que nenhum tipo de mercadoria fosse trocado por esse tipo de “mercadoria”, bastante valiosa na região, pois havia uma diminuta população cativa em Mato Grosso, onde o custo de um escravo trazido do litoral ou de Minas Gerais era bastante elevado. Assim, negociar africanos significava desprover as propriedades da capitania dessa importante mão-de-obra.

Apesar de sua recusa, o governador encontrava-se em posição delicada, pois precisava manter o negócio de contrabando, conforme as ordens recebidas da Coroa, mas sem abrir mão dos principais produtos existentes na capitania. A edição de um bando, em 13 de março de 1776, acabou impedindo o avanço das negociações com os castelhanos que envolvessem escravos crioulos ou ladinos. Em resposta à decisão de Pereira e Cáceres, os contrabandistas espanhóis afirmaram que esse tipo de comércio era comum na região e na fronteira do Rio Grande de São Pedro.⁴⁸

Como salientamos acima, rotas fluviais e terrestres já eram conhecidas desde a primeira metade do século XVIII, ligando as minas do Cuiabá e os arraiais do Vale do Guaporé com a Província de Chiquitos. A entrada dos castelhanos, através da barra do rio Jauru, vindos das missões de Chiquitos, comprova que essa era uma das portas de entrada do contrabando em Mato Grosso. O registro não servia somente para controlar a entrada e saída de mercadorias do vale do Guaporé, mas era utilizado como ponto de ligação entre os dois domínios ibéricos na América.

A fuga de escravos para os domínios castelhanos sempre ocorreu na capitania de Mato Grosso, desde a descoberta das primeiras lavras auríferas durante a primeira metade do século XVIII. Coiteiros de escravos ajudavam nas fugas para o Vice-reinado do Peru, quilombos e outras capitanias do território da América portuguesa. Não era sem razão que, desde o governo de Rodrigo Cezar de Meneses, vários bandos foram editados, proibindo tal prática e estipulando punições rigorosas para quem ajudasse na fuga de escravos. A partir do governo de Rolim de Moura, as denúncias dos proprietários de escravos sobre as fugas eram freqüentes.⁴⁹ Entretanto, em vista de algumas considerações acima, podemos afirmar que nem todas as fugas para os domínios castelhanos devem ser vistas como ações dos escravos, pois, assim como havia interesse por parte dos espanhóis em adquirir cativos da capitania de Mato Grosso, os portugueses também estavam interessados em atrair ameríndios das missões espanholas para os seus domínios. Estamos, de certo modo, considerando que os escravos (ladinos ou crioulos) podiam constar da pauta de negociações com os espanhóis, mesmo porque a presença de africanos trabalhando nas missões jesuítas sempre foi relatada por espias dos governadores da capitania de Mato Grosso e demais autoridades coloniais.

A fuga de índios domesticados pelos espanhóis, que adentravam terras portuguesas, tinha movimento mais antigo e contínuo. Abandonavam as missões a que estavam retidos e procuravam abrigo nas povoações portuguesas. A imigração de índios

⁴⁷ *Anais* de Vila Bela, ano de 1776, op. cit., p. 424.

⁴⁸ 1776, Junho, 28, Forte Príncipe da Beira, op.cit.

⁴⁹ CHAVES, op. cit.

castelhanos interessava à Coroa portuguesa. Planos foram elaborados para incentivar esse fluxo migratório, e atrair os silvícolas para Mato Grosso, com o intuito de atenuar as carências de mão-de-obra que a região enfrentava constantemente. [...] A fuga de escravos não se prendia, assim, apenas, às questões de relações de trabalho, mas envolvia também aspectos políticos. Esse fluxo migratório passou a interessar às autoridades espanholas que procuravam incentivá-lo, em proveito próprio. Por outro lado, essa movimentação de fronteira era utilizada como fator de aproximação das autoridades ibéricas. Periodicamente, portugueses e espanhóis comprometiam-se a promover a mútua devolução de índios e escravos africanos.⁵⁰

A companhia geral do Grão-Pará, desde o início das suas primeiras operações em Mato Grosso, procurou abastecer os principais povoados com suas mercadorias oriundas de diferentes partes do império português, extraíndo os lucros dessas transações comerciais e carregando, para Belém, e além-mar, os produtos existentes na capitania. A intenção era alargar esse comércio que não deveria ficar restrito ao distrito do Mato Grosso, mas alcançar o distrito do Cuiabá. No entanto, os planos da companhia esbarravam na concorrência dos comerciantes do litoral, principalmente, do Rio de Janeiro e da Bahia que, desde a primeira metade do século XVIII, vinham abastecendo as minas cuiabanas com as mais diversas mercadorias. Havia dificuldades para que a companhia conseguisse monopolizar o comércio da capitania, sendo um deles as longas distâncias existentes entre o porto de Belém e o distrito do Cuiabá. Não havia infraestrutura suficiente para que os comboios de comerciantes atingissem com segurança essa parte da capitania, além disso, os preços das mercadorias enviadas à Vila Real do Cuiabá seriam consideravelmente superiores às trazidas do litoral da América portuguesa, como bem registrou Rolim de Moura, em carta enviada a Mendonça Furtado, duas décadas antes:

Pelo que toca a esta Capitania, não deixaria de lembrar também a Vossa Excelência pelo favor, e proteção que ele lhe deve, o quanto também, se pode fazer útil à mesma companhia a boa fé do seu caixa, e o venderem por preço racionáveis; por que é de saber, que estas Minas, estão ainda gastando fazenda bastante do Rio de Janeiro; que lhe entra pelo Cuiabá, e é certo que todo o ouro que nela se emprega, se desvia no comércio dessa cidade, e a utilidade da companhia procede isto de dois princípios: o primeiro que as fazendas que entram por este porto até agora, não chegam à qualidade dos que vem do Rio de Janeiro. O segundo que os homens de negócio que até aqui tem trazido fazenda dessa cidade ainda que não é já tão cara, corre por toda a via, por preços porque faz conta vender aos que vem do Rio de Janeiro sem embargo de pagar cada fardo algumas dezessete oitavas, ou dezoito de fretes, e carretos para chegarem a estas Minas, além das entradas de que também se não livram, por tocarem no Cuiabá.⁵¹

A Coroa pretendia que a companhia conseguisse, de fato, expandir seus negócios até a Vila Real do Cuiabá, promovendo a concorrência com os comerciantes que vinham do litoral, o que provocaria queda nos preços e o abastecimento da população com os gêneros necessários para a sua sobrevivência. Mas este era um problema antigo e de difícil solução, devido aos desafios que a companhia e o governador da capitania de Mato Grosso teriam que enfrentar para interligar Belém até Vila Real do Cuiabá, passando por Vila Bela. Com a orientação da Coroa, a partir da década de 1770, a companhia geral do Grão-Pará começou a operar, não somente através do comércio regular com o distrito do Mato Grosso, mas através do contrabando com os povoados

⁵⁰ VOLPATO, op. it., pp. 72-73.

⁵¹ Carta a Mendonça Furtado em 14 de dezembro de 1757. In: **Correspondências**, op.cit., p 123-125.

do Vice-reinado do Peru, o que poderia gerar lucros consideráveis para os acionistas da companhia e a esperada arrecadação para os cofres da Coroa.

No entanto, nem todo o planejado era concretizado. Os desafios eram muitos, e a superação dependia de maiores investimentos de capitais e da própria reorganização da companhia para enfrentar esse tipo de operação. As atividades comerciais, tanto as consideradas lícitas como as de contrabando, não se encontravam livres das disputas ocorridas por mercados coloniais empreendidas por outras nações européias. O fornecimento de mercadorias para a capitania de Mato Grosso, escravos, por exemplo, dependia da regularidade do fornecimento dos mercados africanos deste tipo de mão-de-obra. Como vimos, a concorrência praticada por ingleses, franceses e espanhóis, nas praças africanas de Cacheu e Bissau, acabara interferindo no abastecimento da capitania mato-grossense.

No período de 1769-1772, entraram 1711 africanos, na capitania de Mato Grosso, destes, 465 foram importados pela companhia geral do Grão-Pará e outros 1246 entraram pela rota do litoral e Vila Real do Cuiabá. Para Vila Bela foram enviados 809 escravo, do distrito do Cuiabá, em função da dificuldade de se conseguir importá-los pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão.⁵² Esses dados mostram que os negócios dos comerciantes do Rio de Janeiro e da Bahia superavam os da companhia geral do Grão-Pará.

A não regularidade na entrega dos escravos e das “fazendas” nos armazéns das feitorias, não somente em Mato Grosso, mas na capitania do Pará, é bem provável que tenha pesado nas relações comerciais com os espanhóis do Vice-reinado do Peru. Pereira e Cáceres, em 1º de janeiro de 1777, escreveu ao marquês de Pombal sobre a falta de mercadorias na capitania de Mato Grosso, afirmando que estava fazendo o levantamento do que existia na feitoria de Viseu, situada em frente a boca do rio Corumbiara, como também do que existia nos armazéns de Vila Bela e do forte Príncipe da Beira. Pretendia dar continuidade ao “plano secreto” de contrabando com os espanhóis, apesar de, naquela altura, considerar que havia imperiosas dificuldades para que isso fosse feito.⁵³

Em janeiro de 1777, outro grupo de castelhanos, proveniente da Província de Chiquitos, chegou à capitania de Mato Grosso para negociar. Levava seiscentas mulas, porém encontrou preços baixos para suas mercadorias. Com a abertura do caminho terrestre que ligava o distrito do Cuiabá ao distrito do Mato Grosso, via barra do rio Jauru, uma grande quantidade de animais de cavalgadura vinda da capitania de São Paulo abastecera as propriedades e povoados do vale do Guaporé, dificultando a vinda dos animais pelos castelhanos. No entanto, ao escrever a Pombal, em 4 de janeiro de 1777, Pereira e Cáceres lamentava não ter produtos que agradassem aos espanhóis, pois considerava que sem o comércio patrocinado pela companhia geral do Grão-Pará, o contrabando com os castelhanos, fatalmente, estaria arruinado.⁵⁴ Ainda conforme o relato de Pereira e Cáceres, os espanhóis levaram pouquíssima prata para negociar. A idéia deles seria obter ouro como pagamento dos animais e não comprar produtos dos portugueses? Essa, talvez, fosse a intenção castelhana, pois, ao mesmo tempo em que os

⁵² Mapa Geral dos escravos que entraram na capitania de Mato Grosso, desde o descobrimento das minas até o fim de 1772 (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 17, documento 1054, cd 05).

⁵³ 1777, Janeiro, 01, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres ao Marques de Pombal. Sobre a regulação das tarifas de bens e escassez do comércio com o Grão-Pará. (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 11, documento 1143).

⁵⁴ 1777, Janeiro, 04, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres ao marques de Pombal sobre os dois contrabandistas espanhóis. (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 18, documento 1145, Cd 05).

portugueses cobiçavam a prata, os espanhóis procuravam conseguir o ouro nessas transações.

A capitania de Mato Grosso tinha como principal produto o ouro, não dispoñendo de outras mercadorias que fossem aceitáveis nas transações comerciais com os espanhóis. Praticamente, a economia da capitania girava em torno da mineração, com fazendas de gado e de lavouras que eram utilizadas para a subsistência do próprio mercado mato-grossense. Era uma capitania que dependia dos produtos importados das capitanias litorâneas e de Belém.

Não obstante a dificuldade em relação à quantidade de prata obtida pelos portugueses através das negociações clandestinas com os espanhóis do Vice-reinado do Peru, podemos afirmar que esse metal precioso foi intensamente cobiçado, tanto pelos agentes da companhia geral do Grão-Pará como pela Coroa portuguesa, com a intervenção dos governadores Pereira e Cáceres e Pereira Caldas.⁵⁵ Pereira e Cáceres procurou agir em sintonia com as decisões dos acionistas da companhia geral do Grão-Pará, para assegurar que o comércio regular com a capitania de Mato Grosso ficasse “protegido”, sem sofrer interferência dos comerciantes vindos dos “portos do mar”. A idéia era garantir que o vale do Guaporé não fosse invadido por mercadorias do Rio de Janeiro e da Bahia e que as que chegassem de Belém tivessem preços menores, o que poderia garantir o monopólio das atividades comerciais da companhia em toda a capitania.

Através de uma portaria, foi estabelecida uma lista de preços dos produtos que deveriam ser vendidos na capitania de Mato Grosso taxados em ouro. Escravos e diversas fazendas teriam preços estipulados com base nas mercadorias da companhia geral do Grão-Pará. Com isso, esperava-se que os negócios dessa companhia fossem expandidos até a Vila Real do Cuiabá, desbancando os negociantes do litoral. Justificava o governador, ao editar a portaria, que os preços das mercadorias trazidas pelos comerciantes eram extremamente altos devido à venda “fiado”, pois os comerciantes do litoral embutiam o transporte e outros custos, elevando os preços e provocando enorme carestia.⁵⁶ O “fiado” era uma forma de estender os negócios, a partir do litoral, para essas distantes regiões da América portuguesa. Por detrás deste tipo de atividade, ressalta Fragoso, “poderíamos encontrar alguns dos maiores comerciantes de grosso trato, e, assim, começar a composição da própria elite mercantil da sociedade considerada”.⁵⁷

A companhia geral do Grão-Pará esperava, com a expansão de seus negócios até a Vila Real do Cuiabá, que o contrabando tivesse mais fôlego, pois obteria mais recursos com a diversificação de suas atividades comerciais, que retroalimentaria as operações “secretíssimas” orquestradas por Pombal junto aos povoados castelhanos. Mas, desbancar o antigo comércio praticado pelos comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro e outras praças do litoral não era tão fácil assim, como pode ser visto no montante das atividades comerciais empreendidas entre a cidade do Rio de Janeiro e

⁵⁵ VOLPATO, op. cit., p. 63.

⁵⁶ 1775, Janeiro, 28, Vila Bela. Portaria (cópia) do governador e capitão general da capitania de Mato Grosso Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres fixando o preço dos produtos secos e molhados. anexo: cópia da pauta (Projeto Resgate, **AHU**. Mato Grosso, caixa 17, documento 1093).

⁵⁷ FRAGOSO, João Luís. **Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998, pp. 319. O autor refere-se às fortunas adquiridas pelos comerciantes do Rio de Janeiro do período de 1794-1846. Apesar da periodização ser outra a trabalhada neste capítulo, as considerações do autor são elucidativas para o presente estudo.

Vila Real do Cuiabá e entre Belém e Vila Bela da Santíssima Trindade. O volume das dívidas contraídas pelos comerciantes das vilas mato-grossenses também é um indício da força dos comerciantes do litoral na região.

Saíram por exportação, nas monções, do comércio desta Capitania, no decurso deste presente, em ouro, para a cidade do Pará, do distrito desta Capitania, a quantia de 85.968 arrobas de ouro. Por via do Cuiabá para o Rio de Janeiro, a quantia de 105.488 arrobas $\frac{3}{4}$ 135 [ilegível] o que perfaz a soma de 191.452 arrobas [ilegível] 135 (ilegível). Calcularam-se, por aproximação, tanto as dívidas deste distrito, como as do Cuiabá, às praças do Pará e Rio de Janeiro. A busca pelo resultado da sobredita análise: se devem a quantia de 39.800\$715 [ilegível] relativa à praça do Rio de Janeiro, e mais parte de povoado e Goiás, cada 55.885\$715 [ilegível] relativas à praça do Pará, o que vem a perfazer a soma total de 450.000\$715, demonstração que se deve inspirar a estes moradores uma maior cautela nos seus interesses econômicos, vista a desigualdade da balança entre as importâncias, digo, importações e exportações dos gêneros de primeira necessidade.⁵⁸

Sem dúvida, a rota comercial entre o litoral e a Vila Real do Cuiabá proporcionava lucros consideráveis, bem maiores do que com o Pará. A referência aos cuidados que os moradores (comerciantes) dessas duas praças deveriam ter ao estabelecer os negócios com os seus fornecedores (do litoral ou a companhia geral do Grão-Pará), tratava das dívidas contraídas a longo prazo. Dependiam os comerciantes dessas duas praças mato-grossenses da produção e circulação aurífera, como também da lavoura que gerava algum lucro. A inadimplência era considerável e aumentava, principalmente, quando a economia mato-grossense não andava bem. Não era sem razão a preocupação dos acionistas da companhia geral do Grão-Pará com as dívidas não pagas pelos comerciantes da capitania de Mato Grosso, tanto que procurava enviar seus emissários à capitania de Mato Grosso com o objetivo de receber os devidos pagamentos.⁵⁹

A esperança da companhia era que o comércio com a Vila Real do Cuiabá aumentasse, como também as operações de contrabando com os domínios castelhanos do Peru. Mas para que isso viesse a acontecer, era preciso uma profunda reorganização da companhia, que passava por problemas sérios de desvios de dinheiro, corrupção, desordem administrativa etc. A conjuntura política no outro lado da fronteira também não era nada favorável ao comércio de contrabando. A Coroa espanhola substituiu o governador espanhol das Províncias de Moxos e Chiquitos, D. León de Velasco, e os curas que se encontravam à frente da administração das missões. Desmontava-se, como peças de um jogo de dominó, a rede de apoio às atividades de comércio clandestino entre os dois domínios ibéricos na América. O próspero mercado espanhol da parte oriental do Vice-reinado do Peru encontrava-se em fase de retração, devido à fuga dos ameríndios das missões, o que provocou a desestruturação da economia missionária. Havia também relatos das missões de Moxos sobre a crescente mortandade ameríndia causada por doenças e lutas entre grupos rivais.

Chegou a notícia que por falta de índios se haviam extinguido as missões castelhanas de São Martinho e São Francisco Xavier, cuja primeira existia muito nas vizinhas do Forte do Príncipe. E são presentemente só 16 na província de Moxos, quando há poucos anos eram 22.⁶⁰

⁵⁸ **Anais** de Vila Bela, op. cit., p. 134.

⁵⁹ **Anais** de Vila Bela, op. Cit., p. 201.

⁶⁰ **Anais** de Vila Bela, op. cit., p. 207.

Com a morte de D. José I, em 23 de fevereiro de 1777, e o afastamento do marquês de Pombal do poder, a companhia geral do Grão-Pará, que já vinha sofrendo sucessivas perdas financeiras, deixou de ter fôlego econômico para continuar suas atividades. Sem a proteção do rei e do seu principal secretário de Estado, não havia esperanças para a revitalização da companhia.⁶¹

Diante das mudanças ocorridas, a nobreza, povo e a câmara de Vila Bela enviaram à rainha D. Maria uma carta pedindo a recondução do governador Luis de Albuquerque à capitania. A carta foi assinada por 65 pessoas, sendo encabeçada pelo ouvidor de Vila Bela, Luiz de Azevedo Sampaio. Nela destacaram as *boas qualidades, brilhante virtude e caráter de um general completo e de um vigilante, zeloso e perfeito governador*. Declaravam a competência de Luis enquanto um verdadeiro *governador e capitão-general* da capitania de Mato Grosso.⁶²

O governador Pereira e Cáceres foi um dos principais representantes dos interesses da administração de D. José I, nessa parte da América do Sul. Em seu governo, foram firmados compromissos com os castelhanos do Vice-reinado do Peru, situação que poderia colocá-lo na mira dos adversários de Pombal. No entanto, D. Maria I, ao assumir o trono, não destituiu Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres do cargo de governador; provavelmente, o pedido dos moradores de Vila Bela tivesse algum peso nessa decisão.

Entretanto, sua permanência no cargo poderia estar ligada à sua experiência, dada a movimentação de tropas espanholas no Vice-reinado do Peru.

Chegou a notícia de que os espanhóis estão abrindo um novo caminho desde os populosos estabelecimentos de Cochabamba para as missões de Loreto e São Pedro Novo. E se presume aprontar um caminho muito mais breve e muito mais praticável para os transportes de socorros de gente ou de munições de boca de guerra. Também se deu a notícia de Charcas ou pelo governador de Santa Cruz fora expedido um oficial com destacamento de soldados, que, dividindo-se em três partes, deverão residir nas missões de Loreto, Exaltação e Magdalena, a fim de visitarem sobre a quietação e sossego dos índios; e de acautelarem os contrabandos. Esse destacamento será, na verdade, a porta mais franca por onde lhes entrem pela sua conduta e pela sua necessidade e interesse. Em 30 de maio recebemos aqui a infausta notícia de que, no dia 22 de fevereiro, atacara a Ilha de Santa Catarina uma armada castelhana de mais de cem velas. E fizera prisioneira toda a guarnição dela.⁶³

As tensas relações com a Espanha, recruscediam, não somente no continente europeu, mas também nos domínios americanos das duas coroas. Afastar experientes administradores nessa conjuntura não era algo politicamente sensato.

Por outro lado, não só a política de substituição de importações e de expansão do comércio foi mantida com notável continuidade durante todo o reinado de D. Maria I e a regência *de facto* de seu filho, D. João, após 1792, mas também o principio de pacto colonial foi reafirmado em várias ocasiões, tanto por Martinho de Mello e Castro quanto por seu sucessor, Dom Rodrigo de Souza Coutinho.⁶⁴

⁶¹ Sobre o fim da companhia do Grão-Pará e Maranhão, ver DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão** (1755-1778). Volume 2. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. Ver em especial o capítulo I A nova Conjuntura portuguesa: a “viradeira”; capítulo II: A controvérsia em torno da companhia e capítulo III: Instituição da Junta liquidatária dos fundos da companhia.

⁶² JESUS, op. cit., p. 380.

⁶³ **Anais** de Vila Bela, ano 1777, op. cit., p. 210.

⁶⁴ SILVA, op. cit., p. 504.

Com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, a Colônia do Sacramento, motivo de intensas disputas entre as duas Coroas ibéricas, desde 1680, finalmente, foi resolvida: ressuscitaram o que tinha sido, em parte, determinado no Tratado de Madri, pois os espanhóis tomaram conta do território dos Sete Povos e da cobiçada colônia. Coube aos portugueses a manutenção do controle do Rio Grande de São Pedro e da Ilha de Santa Catarina. Pereira e Cáceres continuou no governo até 1789, quando foi substituído por seu irmão, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

João de Albuquerque foi o homem escolhido pela rainha para administrar a capitania de Mato Grosso, não alterou as linhas gerais da política econômica orquestrada pela administração pombalina. A companhia geral do Grão Pará foi desativada em 1778, como também a de Pernambuco e da Paraíba, em 1779. A partir desse período, ficou estabelecido o livre comércio com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, atingindo frontalmente, a capitania de Mato Grosso.⁶⁵

⁶⁵ SILVA, op. cit., p. 503-504.